

2008 - Angola vai ter um Governo só por um ano?

Angola vai ter um Governo só por um ano?

por: Eugénio Costa Almeida©

Mário Pinto de Andrade, analista político angolano, numa análise para o Jornal de Angola, lembrou, e muito bem, que este Governo cuja tomada de posse deverá acontecer em breve, poderá não ter mais que um ano de vida governativa.

Pinto de Andrade recordou que a actual Constituição, na alínea b) do 118º artigo da Lei Constitucional, afirma que cabe ao presidente eleito – e as eleições presidenciais irão ocorrer, em princípio, no próximo ano de 2009 – nomear o Chefe de Governo, a partir do partido mais votado e depois de ouvir os partidos com assento parlamentar.

Por exemplo, foi o que fez Eduardo dos Santos, hoje, ao convocar os líderes dos partidos mais votados e com futuro assento na Assembleia Nacional que não contestaram o nome colocado na mesa, até porque, como eles muito bem disseram, tanto poderia ser Cassoma como outro qualquer que fosse indicado pelo MPLA, o partido vencedor.

Ora, como já referi, no próximo ano, haverá, salvo alguma “anomalia” de última hora, eleições presidenciais.

Mário Pinto de Andrade admite que este Governo até possa ser mantido com o aval do novo presidente, no pressuposto, e é isso que infiro das palavras do meu bom amigo e colega, que seja Eduardo dos Santos o eleito. No caso, mais reeleito ou reconfirmado.

Mas, e aqui entra a dúvida natural; e se for outro o presidente eleito? Nada garante que Eduardo dos Santos se sinta motivado para manter a cadeira da Cidade Alta. Parece que são mais os que gravitam à sua roda a quererem essa manutenção que o próprio Presidente que ainda não confirmou essa vontade.

E no caso de ser outro, o eleito da mesma cor política ou, e porque não, até poderá ser de cores políticas diferentes, não é admissível que, de acordo com o preceituado na actual Constituição, o novo presidente poderá se sentir tentado a nomear outra personalidade e, ou, ministros, no caso de ser um eleito próximo do MPLA, ou, para um eleito de cores diferentes, dissolver a Assembleia Nacional e convocar novas eleições, independentemente dos custos políticos e económicos que tal atitude poderia ocasionar?

Será, talvez, conveniente que a nova Assembleia Nacional, mais que controladora dos actos Governativos – que, ainda assim, não poderá evitá-lo – deverá ser, isso sim, uma Assembleia Constituinte que adopte para Angola uma Constituição mais moderna e mais prática.

Mário Pinto de Andrade, sem o dizê-lo deixou esse aviso. Caberão aos políticos angolanos saberem apreendê-lo.

29/Set/2008©Publicado no Notícias Lusófonas, na rubrica "Colunistas" em 29.Setembro.2008,
(<http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=21535&category=ECA Almeida>)